



UM “NOVO URBANO” OU URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE? REFLEXÕES DIANTE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL E A ASCENSÃO DAS CIDADES MÉDIAS¹

A "NEW URBAN" OR URBANIZATION OF SOCIETY? REFLECTIONS ON THE PROCESS OF CONTEMPORARY URBANIZATION IN BRAZIL AND THE RISE OF MEDIUM CITIES

¿UN “NUEVO URBANO” O URBANIZACIÓN DE LA SOCIEDAD? REFLEXIONES ANTE DEL PROCEDIMIENTO DE URBANIZACIÓN CONTEMPORÁNEA EN BRASIL Y LA ASCENSIÓN DE LAS CIUDADES MEDIAS

Júlio César Zandonadi

Prof. Dr. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP, Câmpus
Cubatão. Rua Maria Cristina, 50, CEP: 11.533-160, Jd. Casqueiro, Cubatão – SP.
E-mail: julio_zandonadi@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo provocar e refletir sobre o processo de urbanização contemporânea, buscando complementar debate realizado em Zandonadi (2013), tal provocação parte da afirmação de que vivemos, atualmente, um “novo” período da urbanização em que se evidenciam conjunturas antagônicas e complementares, em que paralelamente a uma conjuntura de expansão do urbano, com o crescimento das cidades, a multiplicação de cidades, os valores e dinâmicas urbanas avançando para além das cidades, também vêm a luz um contexto de crise, tanto epistemológica, como também da cidade e do urbano. A partir de bibliografia consultada e análise dos dados do Censo Demográfico do IBGE, identificamos aspectos das mudanças da urbanização brasileira e alterações no porte de cidades de nível intermediário na rede urbana brasileira. Tais mudanças colocam em discussão as tendências contemporâneas da urbanização brasileira, tanto em relação a rede urbana, como também sobre os espaços das cidades.

Palavras-chave: urbanização brasileira; cidades; urbanização difusa; urbanização dispersa; situação geográfica.

Abstract: This article intends to provoke and reflect about the process of contemporary urbanization in order to complement the analyses developed in Zandonadi (2013). This provocation is based on the assertion that we are currently experiencing a "new" period of urbanization in which antagonists and complementary conjunctures are evidenced, in which, in parallel with a conjuncture of expansion of the urban, with the growth of cities, the multiplication of cities, values and urban dynamics advancing beyond cities, also come to light a crisis context that include epistemological aspects, the city and the urban. Based on the bibliography consulted and data analysis of the IBGE Demographic Census, we identified aspects of changes in Brazilian urbanization and changes in the size of intermediate-level cities in the Brazilian urban network. These changes bring into discussion the contemporary tendencies of Brazilian urbanization, both in relation to the urban network, as well as on the spaces of the cities.

Keywords: Brazilian urbanization; cities; Diffuse urbanization; Dispersed urbanization; geographical situation.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo provocar y reflexionar sobre el proceso de urbanización contemporánea, buscando complementar debate realizado en Zandonadi (2013),

¹ Artigo elaborado a partir das reflexões introdutórias apresentadas na tese de doutoramento “Cidades Médias e Cidades de Porte Médio: Distinção a partir de situações geográficas interurbanas e dinâmicas da centralidade intraurbana – Uma análise comparativa de Taboão da Serra (SP), São Carlos (SP) e Marília (SP)”, defendida pelo autor em 2013.

tal provocación parte de la afirmación de que vivimos actualmente un "nuevo" período de la urbanización en que se evidencian coyunturas antagónicas y complementarias, en que paralelamente a una coyuntura de expansión de lo urbano, con el crecimiento de las ciudades, la multiplicación de ciudades, los valores y dinámicas urbanas avanzando más allá de las ciudades, también vienen a la luz un contexto de crisis, tanto epistemológica, como también de la ciudad y del urbano. A partir de la bibliografía consultada y análisis de los datos del Censo Demográfico del IBGE, identificamos aspectos de los cambios de la urbanización brasileña y alteraciones en el porte de ciudades de nivel intermedio en la red urbana brasileña. Tales cambios ponen en discusión las tendencias contemporáneas de la urbanización brasileña, tanto en relación con la red urbana, así como sobre los espacios de las ciudades.

Palabras clave: urbanización brasileña; ciudades; urbanización difusa; urbanización dispersa; situación geográfica.

1. A urbanização na contemporaneidade: cenários antagônicos e complementares

O processo de urbanização contemporâneo revela dois movimentos contraditórios e complementares, que são: o de expansão e da crise da e na produção/reprodução do espaço urbano, para os quais traremos algumas reflexões que apontam à necessidade de abordagens multiescalares do urbano, para a compreensão do mesmo.

Na contemporaneidade, a urbanização atingiu patamares de expansão nunca antes visto na história, fazendo com que o fenômeno urbano atinja múltiplos espaços e difundindo diversas, diferentes e distintas territorialidades com proporções complexas que dificultam a percepção de tal fenômeno com clareza, sendo caracterizado por: Intensa disseminação de centros urbanos; ampla expansão do tecido urbano e; ampla difusão de valores urbanos.

Autores como Reis (2006) tratam tal expansão como dois movimentos concomitantes e complementares de "urbanização dispersa" e "urbanização difusa", já Lefebvre (2008, p. 74) chama atenção para tal contexto de expansão do urbano, afirmado que a proliferação da cidade em "tecidos urbanos", revela um problema, de acordo com o qual a "vida urbana" pode ser discutida, ou seja, dá indícios de outro contexto revelado a partir da expansão, que é o de crise(s).

2. Por uma conjuntura de crise epistemológica

O contexto de crise, trazido por Lefebvre, chama atenção em dois sentidos, sendo ambos relacionados à dinâmica atual de expansão da urbanização. Um primeiro ponto se dá pela complexidade que o urbano assume epistemologicamente, ou seja, na definição de urbano e cidade, bem como pela escassez de estudos que busquem tais definições e associações entre cidade e urbano. O outro ponto se dá na materialização do fenômeno urbano em si, a sua delimitação e multiplicação de dinâmicas que podem, como revela Lefebvre (2008), colocar em discussão a "vida urbana".

Limonad (1999, p. 74) destaca que a crise emerge a partir da obra de Marx no século XIX, revelando novos desafios para a ciência na medida em que proporciona a tomada de consciência de que a ampliação do modo de produção capitalista resultou no surgimento de novas condições de reprodução da sociedade no século XX. Com isso, a cidade e a urbanização se tornaram um enigma a ser desvendado, já que a urbanização passa a se expandir para as esferas econômicas, da vida social e política.

Dentre as características que a crise epistemológica assume, Sobarzo (2009) chama atenção para a definição de cidade e urbano, que, atualmente, não é uma prioridade nas reflexões e debates da Geografia Urbana, visto que os esforços se orientam principalmente na diferenciação e classificação das cidades.

Concordamos com Sobarzo (2009) em relação à ausência de debates sobre a definição de cidade e urbano, porém discordamos com a afirmação de que os esforços de análise se orientam para diferenciação e classificação das cidades. Pois, de fato, a definição de cidade e urbano é um desafio complexo diante da difícil delimitação do espaço das cidades, do território urbano, de quais atividades e relações podem ser classificadas como essencialmente urbanas, e, por fim, pela dificuldade de relacionar a cidade e o urbano com outros espaços sociais, ou seja, a crise epistemológica não se restringe a definição de cidade e urbano como pares recíprocos, mas também contempla seus pares antagônicos e complementares, como o campo e o rural.

Entretanto o contexto de crise não é um consenso dentre os pesquisadores do urbano brasileiro. Lencioni (2008) traz alguns argumentos expondo a superação do debate da crise do urbano, analisando etimologicamente e historicamente os termos. Segundo a autora, os conceitos de cidade e urbano geram muitas dúvidas e poucas certezas, isto, pelos conceitos existirem em movimento, pois se tratam de representações do real e este está em permanente mudança (LENCIONI, 2008, p. 110-1).

A análise etimológica dos termos mostra que a palavra cidade antecede a de urbano, diante disto Lencioni (2008) indica que a ideia de cidade precede a de urbano, ou seja, visto a cidade como materialização – objeto – e o urbano mais como um fenômeno do que um objeto.

Quanto à cidade, Lencioni (2008) destaca a exigência frequente do uso de adjetivos para classificá-las, devido a ideia de cidade não ser clara. A autora questiona como um conceito pode abarcar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de habitantes. Vemos que, a indagação se dá em relação de como definir como conceito o que implica ser o reflexo do objeto,

principalmente, em relação às mudanças contemporâneas, pois não conseguimos expressar as transformações constantes de algo tão multável.

As reflexões de Lencioni (2008) remetem à impossibilidade de conceituação de cidade, deixando-a no campo das noções, pois não importa a dimensão e característica, a cidade é um produto social que se insere no âmbito da relação homem-meio, sendo que, as dificuldades de compreensão do que é cidade decorre do fato de ser enfocada em perspectivas a-histórica, ou seja, qualquer análise ou discussão requer situar à cidade na história.

Em relação ao urbano, Lencioni (2008) associa o conceito à constituição da sociedade urbano industrial, se apoiando em Lefebvre e Castells ao afirmar que a essência do fenômeno urbano reside na ideia de capital. Nota-se a partir das reflexões da autora que a conceituação de cidade e urbano se mantém obscura, com indagações a respeito da necessidade desta conceituação, ou se, o termo cidade, por exemplo, deve ser tratado no campo das noções, um objeto com múltiplas formas. Desta forma, a autora propõe novas frentes para o debate sobre a cidade e o urbano (LENCIONI, 2008). Outro ponto relevante de desta interpretação é referente à análise etimológica dos termos cidade e urbano, no qual desvincula a cidade e o urbano como pares, reduzindo a análise ao surgimento dos termos, negando, desta maneira, a possibilidade do fenômeno urbano ser anterior a industrialização, o que nos remete a questionar o caráter sociológico do urbano, reduzindo-o a associações na esfera econômica.

Outro desafio da Geografia, não apenas da Geografia Urbana, é a compreensão das relações entre rural–urbano e campo–cidade, bem como a definição destes espaços sociais, no sentido amplo do termo.

Considerando as análises e definições de Lefebvre, que associa o urbano e o rural a esferas subjetivas, vinculadas a modos de vida, hábitos e costumes, vemos a existência de uma problemática contemporânea que se dá a partir da ampliação espacial da urbanização, relacionada, sobretudo, a definição e delimitação do espaço rural, o qual, em períodos anteriores era definido em oposição ao espaço urbano.

Considerando o rural como modo de vida, hábitos e costumes particulares, definido como os costumes do “homem do campo”, e o campo como espaço da produção e reprodução campesina e/ou familiar. Percebe-se, atualmente, que são espaços em que há o domínio e expansão de relações capitalistas avançadas típicas do Capitalismo Tardio², onde se observa o predomínio de espaços agrícolas/agrários,

² Definido por Mandel (1985) como a intensificação dos processos de automação, combinados com eventos políticos e transformações no campo econômico, induzindo a um aumento violento da produtividade e oferta de bens.

que se caracterizam pela produção expansiva, predominância de *commodities*, visando, sobretudo, o abastecimento dos centros urbanos, acompanhado da “expulsão” da população rural para as cidades. Deste modo, se percebe intensas alterações das relações no campo, com a expansão de atividades de produção capitalistas em detrimento da manutenção do espaço e do modo de vida rural.

O que temos no campo é o predomínio de relações de produção, em sua maioria, com produtos (insumos, máquinas, sementes e, por vezes, mão de obra) pensado e/ou produzidos nas cidades, voltados para a produção de “coisas” para a cidade.

Apesar de considerar o debate dos pares antagônicos (cidade e campo) de extrema relevância para ciência geográfica, iremos nos ater ao debate do par-recíproco (cidade e urbano), pois vemos que é nesse âmbito que se originam as problemáticas, assim como é a partir das interações entre a cidade e o urbano que podemos compreender a estruturação e reestruturação do espaço contemporâneo.

A crise do urbano contemporâneo se dá pela complexidade atual do fenômeno, que dificulta a delimitação das relações ditas urbanas, o que dá margem a diversos questionamentos, entre eles:

- Quais relações podem ser classificadas como urbanas? São realizadas no âmbito da cidade? São realizadas nos setores secundários e terciários da economia?
- Como definir os novos habitats com relações comerciais de propriedade urbana, ocupados por populações com hábitos, meios e instrumentos urbanos, mantendo relações de trabalho ou mesmo se deslocando para a cidade para tal atividade, entretanto situados fora do território da cidade?
- Para a produção do campo, voltada para as cidades, com tecnologias produzidas nas cidades, com relações de trabalho urbanas, tal produção pode ser classificada como rural ou urbana?

Levando em considerações os questionamentos de Lencioni (2008), nos chama a atenção

- O conceito de cidade por abarcar cidades com 2.000 habitantes e cidades com milhões de habitantes? As relações e dinâmicas urbanas entre os diversos núcleos urbanos, com diversificadas localizações podem ser generalizadas?

Esses questionamentos apontam para a crise, dificuldade de conceituação e complexidade que o fenômeno urbano atinge na contemporaneidade diante da expansão do processo. Lefebvre (2006; 2008); Dematteis (1998); Limonad (1999; 2010) e; Reis (2006) são autores que buscam interpretá-lo.

3. Em busca de definições e conceituação do “novo urbano”

Lefebvre (2008) traz considerações, análises e conjectura o contexto estrutural da urbanização. Para o autor, a complexidade do urbano dá-se, sobretudo, pelas mudanças históricas da cidade, pois, atualmente, a cidade tornou-se o espaço de maior nível de centralidade na sociedade capitalista, passando por intensos processos de: Implosão: atraindo tudo para si, com “[...] enorme concentração [...] de pessoas, atividades, riquezas, de coisas e objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos [...]”, podemos incluir a concentração da produção e também de produtos, e a; Explosão: “[...] com a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc)” (LEFEBVRE, 2008, p.24).

Incorporamos a dinâmica de implosão-explosão, a multiplicação de cidades e a acentuação da centralização política-econômica de algumas delas no âmbito da rede urbana. Desse modo, vemos que, atualmente, a cidade é o espaço social que concentra o maior número e a maior diversidade de atividades e relações de produção, também marcada pela acentuada expansão de seu território.

Lefebvre (2008) a partir de tais considerações analisa a urbanização contemporânea explorando a relação espaço-tempo, evidenciando as mudanças, indicando causas e possíveis consequências destas mudanças, procurando avançar no que pode vir a ser. Em análise realizada na década de 1970, Lefebvre (2008) afirmou que estaríamos caminhando para a urbanização completa da sociedade, para uma sociedade urbana, o que iria conduzir a uma prática urbana, na qual o urbano se tornaria o centro das relações sociais.

Este “novo” período urbano é posterior à industrialização, ou seja, tem a industrialização como marco, quando nas cidades industriais a atividade industrial absorve a produção agrícola, sendo esta:

[...] não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas [...] mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças aí emanadas acentuam-se aqui e ali, não menos certo que a produção agrícola converte-se num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida as suas exigências (LEFEBVRE, 2008, pp. 14-15).

A industrialização crescente trouxe como resultado a perda de autonomia do campo, que se relaciona diretamente a novas dinâmicas na cidade, tais como a concentração dos meios de produção, chegada de grandes fluxos migratórios, maior demanda por terra urbana, surgimento e acentuação de fluxos de capitais e acentuada expansão territorial da cidade, dinâmicas essas que associadas constituíram um processo de formação das grandes cidades e áreas metropolitanas.

De modo geral, de acordo com Lefebvre (2006; 2008), atualmente a cidade é a principal centralidade na sociedade capitalista, sendo o urbano o processo norteador da dinâmica social, extrapolando os limites da cidade. Pois bem, estamos diante do período de auge e crise da urbanização, primeiro por centralizar as relações econômicas, políticas e culturais, e segundo pela ocorrência da explosão daquilo que entendemos por “cidade”.

A cidade vista como lugar do encontro e da festa dá lugar à cidade corporativa, dos negócios, do consumo, das relações econômicas em detrimento das relações sociais. Com seu desenvolvimento marcado não mais por fluxos de encontros, mas sim pelos fluxos de capitais e força de trabalho. Dematteis (1998) busca compreender como este “novo” urbano ocorre na Europa, analisando comparativamente as cidades europeias nos países anglo-saxões com as cidades europeias dos países latinos. Para o autor, o marco temporal para tais mudanças se dá durante as décadas de 1970 e 1980, que são marcadas por intensos processos de desconcentração contínua, principalmente pós-1980, com duas dinâmicas diferentes:

- a. **periurbanização:** que consiste na recuperação da polarização urbana, que se manifesta com o aumento progressivo das áreas periféricas e das ligações por vias de transportes entre os sistemas urbanos, resultando redução dos residentes nos núcleos centrais, ou seja, trata-se da expansão da malha urbana por eixos e a desconcentração da população;
- b. **“cidade difusa” ou “difusão reticular”:** são formas de expansão urbana independentes dos campos de polarização dos grandes centros urbanos. Dando suporte ao crescimento de infraestruturas urbanas no assentamento, originando áreas de relativa densidade urbana, extensas e compactas.

Dematteis (1998) destaca que estas dinâmicas resultam em três tipos morfológicos, de acordo com cada uma delas, ou mesmo da combinação entre ambas, sendo eles:

1. **Periburbanização:** trata-se de um desenvolvimento mais fraco, com o crescimento dependendo só das funções de serviços (eventualmente industriais) de um polo urbano dentro de um contexto regional relativamente pobre, tanto em serviços como em atividades produtivas;
2. **A cidade difusa (difusão reticular):** caracterizado por tecidos mistos, residenciais e produtivos (industriais, terciários produtivos, agroindustriais e turísticos), derivados de dinâmicas endógenas, que pode ocorrer, por exemplo, pela implantação de um distrito industrial comuns em áreas metropolitanas monocêntricas ou policêntricas.
3. **Sobreposição de ambas:** observada com a expansão por eixos e bolsões dotados de usos residenciais e produtivos.

Tais mudanças esta associada a fenômenos estruturais, ou seja, ocorrem em diversos e distintos espaços e em múltiplas escalas. Dentre as causas, De Matteis (1998) destaca as inovações tecnológicas e organizacionais, que permitiram uma articulação territorial mais estreita entre as empresas multilocalizadas, como por exemplo, no nível da infraestruturação material e social que alcançou grande parte dos países industrializados e permitiu maior difusão das atividades econômicas pelo espaço geográfico.

Para De Matteis (1998) as alterações se dão tanto na escala intraurbana, como também no interurbano. Sendo que, na escala intraurbana as dinâmicas extrapolam os limites da cidade, promovendo saltos escalares das dinâmicas de produção do espaço urbano, passando do local ao regional. Exemplificando, vemos a ocorrência de novas formas de mobilidade territorial das famílias, gerando um deslocamento demográfico pendular entre cidades dentro de uma região funcional urbana, o que em momento anterior ocorria entre bairros dentro de um único centro urbano.

Na escala da rede urbana, De Matteis (1998) identifica uma variação demográfica dependente da redistribuição dos postos de trabalhos, o que Sposito (2004) definiu como “nova divisão territorial do trabalho” ou “reestruturação da divisão territorial do trabalho”, sendo reflexos das mudanças logísticas, organizacionais e de localização de empresas. Essas alterações fazem com que a ocupação cresça nos sistemas urbanos menores, em detrimento dos metropolitanos. Tal dinâmica resulta em dois outros movimentos:

- a *descentralização*: com postos de trabalhos que durante um tempo eram localizados em sistemas metropolitanos e se mudaram ou criaram novos em sistemas urbanos menores;
- a *centralização*: com novos postos de trabalho de menor qualificação situados em sistemas urbanos menores, ligados a atividades muito qualificadas situadas em sistemas metropolitanos e ausentes em sistemas urbanos menores.

Dematteis (1998) e Sposito (2010) associam as dinâmicas intraurbana e interurbanas a um mesmo processo estrutural, ligado à promoção de tecnologias de transportes e de informação, as quais possibilitam maior mobilidade demográfica e de capitais. Sposito (2010) contribui para o entendimento global das mudanças no processo de urbanização apontando que:

[...] ao contrário do que se pensou num primeiro momento, são dinâmicas e processos que não são restritos a países de economia capitalista avançada e, tampouco, aos espaços metropolitanos, embora tenha sido espaços que eles, primeiramente, ocorreram, bem como é neles, que se constituem com níveis de complexidade acentuados (SPOSITO, 2010, p. 128).

Alguns autores chamam a atenção ao entendimento das alterações do processo de urbanização no caso brasileiro, dentre eles, Limonad (2010) que traz como gênese deste “novo” urbano no Brasil, as iniciativas implementadas pelo Estado com a meta de desconcentração econômica, com o intuito de reduzir os “desequilíbrios”³ regionais, destacando que foi no primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) o momento em que houve a ação combinada e articulada de diferentes capitais e interesses, o que concretizou a desconcentração e dispersão espacial da produção.

Para Limonad (2010) a partir de tais iniciativas mudou-se o padrão de distribuição das atividades produtivas e da população no país, embora ainda prevaleçam em maior número na faixa litorânea e no sudeste do país, diversos setores e ramos industriais se dispersaram pelo território nacional, levando a alterações significativas nos fluxos migratórios, que se reduziram no sentido as capitais do sudeste, principalmente os inter-regionais nordeste-sudeste, passando a predominar nas escalas intrarregionais e intraestaduais, ou seja, no âmbito das regiões e entre estados.

No âmbito da rede urbana, desde a década de 1990 ocorre a multiplicação de áreas metropolitanas, paralelamente a um incremento das taxas de crescimento das cidades médias e pequenas. No espaço intraurbano, percebe-se a dispersão de atividades econômicas produtivas, com intensa expansão territorial e diversificação dos usos e ocupação pela cidade (LIMONAD, 2010, p. 166-7).

Reis (2006) caracteriza a urbanização contemporânea a partir de duas dinâmicas, a *urbanização difusa* e a *urbanização dispersa*, evidenciando que não se trata de intensos processos de suburbanização, mas sim de uma nova característica do urbano e uma nova morfologia da cidade.

Em relação à *urbanização difusa*, trata-se da extensão de alguns valores urbanos pelo território, estendendo-se para além da cidade constituída, em outras palavras, é a interpenetração da condição urbana na condição rural (REIS, 2007), o qual Lefebvre (2008) trata como condição *rurbano*, cujo campo se perde no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele.

Já a *urbanização dispersa* é relativa à forma, a materialização das relações urbanas pelo território, ou seja, “[...] *uma forma específica da cidade contemporânea, que traz consigo uma série de fenômenos, uma certa fragmentação da forma urbana [...] que produz descon continuidades das peças do espaço*” (FONT, 2007, p. 64). Reis

³ Limonad (2010) aplica o termo *desequilíbrios* entre áreas, neste artigo optamos por manter, pois, de acordo com a autora, consideramos que a redução de *desequilíbrios* regionais pode ser considerada uma das variáveis para iniciativas de desconcentração econômica, mas não determinou tal dinâmica.

(2006, p. 18-19) afirma que se trata de áreas que superaram os limites das cidades e das regiões como eram conhecidas até então, originando o que o autor chama de “nova cidade”, com “[...] a passagem de um estado para o outro, no qual, as formas subdividem rapidamente no território [...]”, sendo que os processos que regem essa urbanização e a expansão da cidade não são os mesmos de urbanizações pretéritas, o que nos leva a caracterizar este processo como novo.

O fenômeno de “urbanização dispersa”, como um processo geral e atual da sociedade capitalista, tem como causas gerais, de acordo com Reis (2006):

- As grandes migrações rural-urbanas e com significativo crescimento demográfico das áreas urbanas;
- Surgimento de regiões com populações totalmente urbanizadas;
- Intensificação da industrialização e dispersão crescente das unidades produtivas pelos vários continentes, a *Macrodispersão*. E a mesma dinâmica ao redor dos principais polos produtivos, a *Microdispersão*. Sendo que, na primeira ocorrem estímulos à urbanização e metropolização, enquanto na segunda ocorre a *urbanização dispersa*;
- Universalização dos mercados de produção e de seus padrões técnicos, com suas centralidades específicas, com isso a multiplicação das áreas metropolitanas e centros urbanos;
- Generalização dos modos de consumo padronizados, o consumo de massa, tendo como consequência direta a difusão de modos de vida, basicamente relacionados aos modos metropolitanos de consumo.

Por muitas vezes a urbanização difusa e a urbanização dispersa ocorrem de maneira simultânea no espaço, contudo a difusão de valores urbanos é condição *sine qua non* para a ocorrência da dispersão, enquanto, por outro lado, pode haver a difusão de valores urbanos sem que ocorra a dispersão de áreas urbanas.

Ao observarmos as visões de Lefebvre (2008); De Matteis (1998); Limonad (2010) e; Reis (2006; 2007) notamos algumas semelhanças e distinções que são relevantes para compreendermos a urbanização contemporânea.

Primeiramente, percebe-se que se tratam de análises do processo de urbanização realizadas a partir de situações geográficas distintas, com De Matteis (1998) e Lefebvre (2008) pesquisando contextos da urbanização europeia, enquanto Reis (2006; 2007) e Limonad (2010) investigaram a urbanização a partir do desenvolvimento do processo no Brasil.

Um segundo aspecto que chama atenção e que complementa o primeiro, são as diferenças temporais da análise, com as análises de Lefebvre (2008) e De Matteis

(1998) dando-se respectivamente nas décadas de 1970 e 1990, já de Limonad (2010) e Reis (2006; 2007) a partir da década de 2000. De modo geral, tais diferenças indicam que não há simultaneidade no processo de urbanização na escala global, mas sim, nos dá a impressão da expansão do fenômeno urbano, partindo dos países de capitalismo avançado para os países de industrialização tardia.

Observa-se semelhanças entre as definições de “*novo período urbano*” (LEFEBVRE, 2008), “*difusão reticular*” (LIMONAD, 2010), “*região reticular*” (DE MATTEIS, 1998) e “*urbanização dispersa*” (REIS, 2006; 2007), no que dizem respeito às mudanças no tecido urbano e na morfologia da cidade. Entretanto, as definições de “*novo período urbano*” e “*difusão reticular*” além dos aspectos materiais da urbanização, englobam também aspectos subjetivos e imateriais, não necessitando de complementações conceituais, como é o caso da definição de “*urbanização dispersa*”, que se refere aos aspectos materiais da urbanização, enquanto os imateriais são complementados, por Reis (2006), pela definição de “*urbanização difusa*”.

As semelhanças no conteúdo das definições reforçam a interpretação de que se tratam do mesmo processo, ou seja, a urbanização nos moldes do modo de produção capitalista, na qual sua dinâmica segue os padrões de expansão e intensidade deste modo de produção à escala global. Percebe-se também, que já uma homogeneização de dinâmicas urbanas na escala do global, contudo, com diferenças espaço-temporais, o que demonstra que não são utilizados/homogeneizados as mesmas relações culturais, sociais e econômicas e os mesmos instrumentos técnicos para a expansão da urbanização, mas sim, a *intensificação da acumulação na escala global*.

A conjuntura epistemológica deixa evidente a ampla expansão do processo de urbanização em escala global, que de acordo com Limonad (2010) a partir da intensificação e extensificação tal processo consome vorazmente e de forma crescente pelo espaço, atinge as mais diversas áreas do planeta, o que, contraditoriamente nos aponta para outro contexto, o contexto de crise urbana, ou seja, o da *crise socioespacial*.

4. Da expansão para a crise na urbanização

Lefebvre (2008) apresenta alguns indícios da contradição que é o fenômeno urbano na contemporaneidade, destacando que a cidade passa a ser o centro das relações de produção⁴, ocorrendo à explosão da cidade.

⁴ Lefebvre aborda o termo produção em seu sentido amplo, o que extravasa a produção de mercadorias, abarcando também os valores, as formas, a cultura, entre outros.

A cidade como lugar do encontro, da festa, sede seu posto a cidade corporativa, local dos negócios, do consumo e das relações econômicas em detrimento das relações sociais. Vejamos que, a crise do urbano se dá diante de sua expansão, que ocorre com a apropriação do processo pelo capital, com a interpenetração e sobreposição de diversos capitais sobre os lugares.

Tal crise não é um fenômeno exclusivo da cidade, mas se dá também entre cidades, ou seja, abarca a rede urbana, é multiescalar, o que a caracteriza como crise da e na urbanização.

Na escala da rede urbana, percebe-se um contexto de ampla expansão da rede de cidades, como também a desconcentração das atividades produtivas, antes concentradas nas metrópoles e, atualmente, expandindo-se em direção a outros centros metropolitanos e de menor centralidade na rede urbana.

O amplo desenvolvimento tecnológico nos meios de comunicação e transportes gerou possibilidades aos capitais de acessarem aos inúmeros povos, criarem e se apropriarem de diversos mercados de consumo e exploração de mão-de-obra, o que desencadeou inúmeras dinâmicas, tais como, a industrialização da produção agrícola, a transformação de terras rurais em urbanas, a expansão territorial das cidades, a formação de aglomerações urbanas, a expansão de capitais financeiros e comerciais, entre outros; que potencializou a multiplicação de cidades, a mudança ou aumento das funções regionais exercidas por algumas delas, na expansão de atividades industriais para além das metrópoles, ou seja, numa redefinição da morfologia da rede urbana. Contudo, como é inerente ao modo de produção vigente, tal processo não se dá de forma homogênea, mas sim estritamente desigual, com os capitais escolhendo para investimentos produtivos, determinadas localizações em detrimento de outros, optando por alguns lugares que “ganham” e multiplicando os lugares que “perdem” na rede urbana.

Sobre isso, Roma (2008, pp. 89-115) introduz e discorre sobre o termo “segregação interurbana” ao analisar as cidades pequenas do oeste do Estado de São Paulo, onde predominam, populações marginais do ponto de vista socioeconômico e atividades do circuito inferior da economia, o que sinaliza ao padrão desigual nas escolhas de localidades para investimentos de capitais em detrimentos de outras, acentuando, ainda mais a deterioração de infraestruturas urbanas e aspectos/condição de vida social nessas cidades “excluídas”.

Outro aspecto que chama atenção no âmbito da rede urbana é a multiplicação de cidades, bem como o ganho de funções de algumas e a redução de outras,

complexificando o que definíamos como cidade devido ao aumento da diversidade entre os centros urbanos, agora com distintas funções e características. Tal dinâmica ocasiona dificuldades e distorções na orientação de políticas públicas nacionais e regionais, principalmente em relação ao repasse de recursos e na dificuldade de delimitar as necessidades principais das, agora, cada vez mais, distintas regiões e municípios.

A formação de aglomerações é outra vertente que expõe as contradições da urbanização, trazendo pra discussão a territorialização dos municípios, principalmente em relação as áreas limites, em que, por diversos casos, não há definição das responsabilidades infraestruturais dos municípios.

Contudo, é no local que a crise e as contradições do/no urbano são mais evidentes. Limonad (2010) afirma que a intensificação da urbanização traz consigo uma intensa desregulação, não apenas das áreas urbanas, mas de todo espaço social, pois vêem a tona crises: urbana, ecológica, ambiental, entre outras, evidenciando a “[...] *crescente depredação do espaço social por diferentes capitais, secundados pelo Estado*” (LIMONAD, 2010, p. 166).

O crescente consumo de áreas pelas atividades urbanas é proporcional ao avanço da ocupação de áreas florestais e agrícolas, ocasionando um vertiginoso aumento de contextos de exclusão social e precarização das condições de vida de grandes contingentes populacionais no campo e nas cidades, pois “[...] *ao serem espoliados de sua condição de existência, conforme os locais onde viviam, são incorporados à lógica hegemônica de reprodução dos meios de produção*”. Percebe-se que, “[...] *a dispersão espacial das atividades econômicas e da riqueza é acompanhada pari passu por uma dispersão de favelas e loteamentos de baixa renda em áreas rurais [...]*” (LIMONAD, 2010, p. 167), como também em áreas florestais, de preservação, nascentes, entre outros (MARICATO, 2015; FIX, 2007).

Guerra (1992) ao analisar um caso europeu, o da cidade do Porto em Portugal, evidencia diversas contradições urbanas advindas do novo momento do processo de urbanização, destacando como uma das principais características a produção de descontinuidades⁵, ou seja, a fragmentação de cotidianos no âmbito da cidade.

Dentre as descontinuidades, a autora destaca as populações advindas à cidades por dinâmicas de êxodo rural, sendo obrigadas, a partir desse momento, a reconstruir suas referências de identidade, em outras palavras, são obrigadas a reproduzirem sua cotidianidade (GUERRA, 1992).

⁵ O autor define o espaço marcado pelas descontinuidades como sendo “[...] *matizado por clivagens no que diz respeito à forma como esse espaço é apropriado por diferentes agentes sociais*” (GUERRA, 1992, p. 160).

Em Zandonadi (2008) percebemos que a expansão territorial, a qual é uma das variáveis da intensificação do processo de urbanização, origina e acentua dinâmicas urbanas no âmbito do espaço das cidades, tais como a multiplicação de áreas centrais com a constituição de espaços de consumo em áreas distantes do centro de consumo constituído historicamente, ou mesmo em áreas segmentadas do ponto de vista socioeconômico, dando características multi(poli)cêntricas⁶ as cidades, trazendo, à luz das análises, dinâmicas de segregação socioespacial, contextos de fragmentação urbana e a acentuação da exclusão social. Dinâmicas agora também percebidas de modo acentuado em cidades não-metropolitanas, conjuntura que em momento anterior se apresentava de forma intensa apenas na metrópole.

Vejam os contextos deste “novo urbano” no caso brasileiro, destacando algumas dinâmicas e contradições contemporâneas.

5. O “novo urbano” no Brasil: breves apontamentos da conjuntura e contradições da urbanização brasileira

A partir dos apontamentos que indicam um “novo urbano”, marcado por características espaço-temporais *sui generis*, com ampla expansão relacionada ao desenvolvimento tecnológico em meios de comunicação e transportes, além das causas já destacadas por De Matteis (1998) e Reis (2006). Desse modo, percebemos que as relações urbanas se apropriam do espaço e assumem a postura de processo estrutural na expansão do modo de produção capitalista, estando, desse modo, genuinamente ligado ao surgimento de diversas dinâmicas socioespaciais na sociedade contemporânea.

Diante disso, a compreensão do urbano passa pela necessidade de associá-lo à fase atual do modo de produção capitalista. O qual se dá em ampla expansão nos países de industrialização recente. Em outros termos, a compreensão do processo de urbanização em países como o Brasil, se dá pela identificação do urbano como uma nova fase de expansão do modo de produção capitalista, quando suas relações se expandem para cidades de diferentes portes, avançam para além da malha urbana constituída, interpenetrando as relações no campo, produzindo e reproduzindo relações produtivas urbanas, nas suas mais diversas representações, dentre elas as de crise.

Contudo, tal expansão não ocorre de modo homogêneo, tanto em relação ao conteúdo, como também em relação a forma. As localidades assumem funções distintas que remetem a conteúdos e formas distintas, de acordo com seu porte, mas principalmente, sua situação geográfica, assumindo papéis e funções urbanas que

⁶ Nos moldes traçados por Lefebvre (2008) ao abordar o termo “*poli(multi)cêntrico*”.

representam posições hierárquicas centrais frente a rede de cidades. Tem-se atualmente uma rede urbana global, com as cidades como nós, com algumas concentrando maior diversidade de funções urbanas do que outras, entretanto, com os mais diversos espaços refletindo características e valores urbanos, de forma homogênea ou não, mais ou menos intenso, com mais ou menos conflitos e resistências.

No caso brasileiro, de modo genérico, podemos identificar intensas mudanças e acentuações do processo de urbanização, tendo como gêneses para as alterações os primeiros surtos de industrialização do país, ainda na década de 1950, quando se nota intenso crescimento da população urbana (TABELA 1).

TABELA 1 - Evolução da População Urbana Brasileira 1940 - 2010

Ano	População urbana	Evolução em relação a 1940 (%)	Evolução em relação a 1950 (%)	Evolução por décadas (%)
1940	12.880.790	-	-	-
1950	18.782.891	45,8	-	45,8
1960	32.004.817	148,4	70,3	70,3
1970	52.904.744	310,7	181,6	65,3
1980	82.013.375	536,7	336,6	55,0
1991	110.875.826	760,7	490,3	35,1
2000	137.755.550	969,4	633,4	24,2
2010	160.925.792	1149,3	756,7	16,8

Org. ZANDONADI, Júlio César. Fonte: IBGE (1940-2010).

Nota-se, a partir da década de 1950, o crescimento intenso da população urbana no Brasil, atingindo extraordinários 1.149,3% de crescimento em 2010 em relação a 1940. Ou seja, a concentração urbana no Brasil é diretamente vinculada a industrialização.

Analisando a dinâmica populacional urbana no Brasil, percebem-se outras características para a compreensão do urbano brasileiro. Primeiramente, entre as décadas de 1960 e 1980 tem-se grande incremento de populações urbanas em relação a 1940, fenômeno esse que podemos associar ao que Reis (2006) indica como um novo momento do Brasil na conjuntura internacional, com: A “[...] abertura do país para novas formas de organização empresarial e do capital financeiro, sobretudo, o de recorte internacional [...]” e com novas formas de organização do comércio e serviços.

Tais mudanças foram acompanhadas de alterações no tecido urbano, que a partir da década de 1960 passa a ser desenvolvido no Brasil seguindo padrões do movimento moderno: largas avenidas, grandes espaços de circulação do automóvel, participação efetiva de capitais imobiliários em empreendimentos residenciais, comerciais e industriais, bem como a efetiva atuação do poder público, tanto na entrada, quanto na elaboração de aparatos legais à atuação dos capitais, além de políticas habitacionais viabilizando uma das variáveis para a reprodução da força de

trabalho, que é a sua alocação (REIS, 2006, p.41-43). No plano da rede urbana, temos uma série de iniciativas públicas que vão desde a abertura de rodovias até a transferência da capital federal para o interior do país. Já no plano intraurbano, a demarcação do marco legal para a implantação, regularização e legitimação da atuação de capitais em terras urbanas, através da Lei Federal 6.766/1979, que regula o parcelamento de solo urbano no território brasileiro.

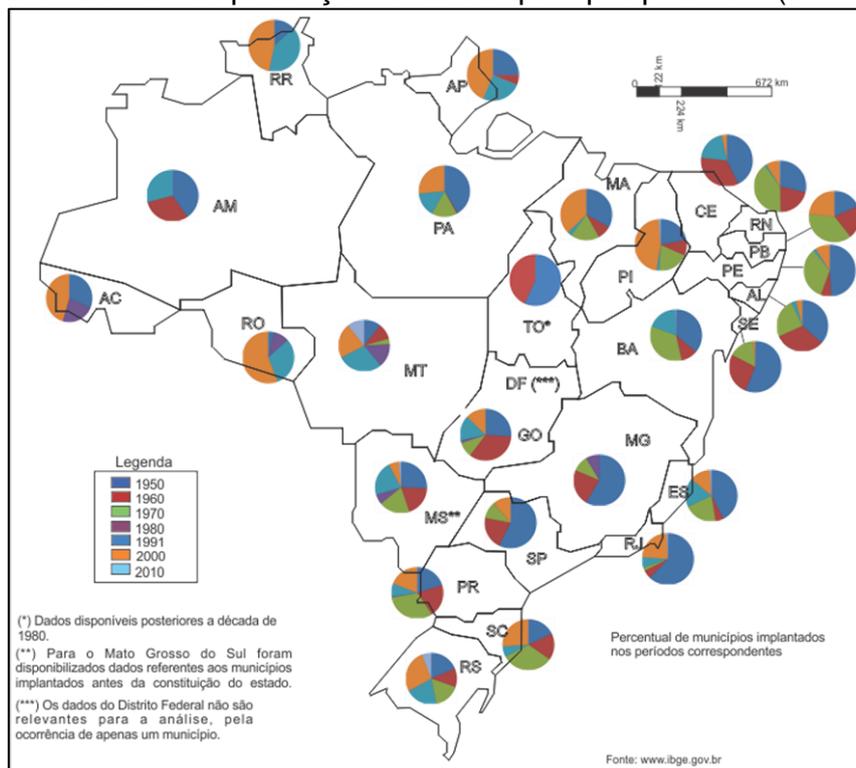
Entre 1960 e 1980 o que se tem é a crescimento, formação e consolidação das metrópoles brasileiras de São Paulo e do Rio de Janeiro, atingindo o ponto máximo de centralidade da rede urbana brasileira. Bega dos Santos (1984) e Sposito (2007) destacam que na década de 1980 as metrópoles e as grandes cidades brasileiras continuaram a crescer, porém com um ritmo menos intenso que nas décadas anteriores, entretanto, o ritmo de crescimento populacional se acentua em cidades menores, principalmente as com porte populacional intermediário.

Ainda durante a década de 1980, com acentuação nas décadas subsequentes, o processo de urbanização expande-se para além das grandes cidades, englobando algumas cidades com porte populacional médio. De modo geral, tal dinâmica, de acordo com Sposito (2007) ocorre por conta de processos de desconcentração produtiva da metrópole para outros centros urbanos de menor porte, tendência essa que é compreendida a luz da passagem do modelo fordista de produção para o flexível, com a separação de áreas de comando, centralizadas na metrópole, das áreas de produção, deslocadas para cidades de menor porte.

Tal tendência é clara no Estado de São Paulo que passa por intenso processo de desconcentração territorial da produção (LENCIONI, 1994; 1995), mantendo a centralização de capitais e gestão econômica na metrópole paulistana (FIX, 2007). Contudo, não se trata de uma dinâmica isolada, mas sim articulada a intensos fluxos populacionais para os novos territórios produtivos, principalmente com fluxos campo-cidade, também a ampliação qualitativa (diversidade) e quantitativa de estabelecimentos comerciais e de serviços, atuação de multinacionais, expansão e alterações no tecido urbano e a formação de aglomerações urbanas regionais.

Esse padrão de urbanização no Brasil também pode ser visualizado a partir da análise de implantação de municípios (FIGURA 1). Os municípios criados até 1950, grande parte deles se concentram na faixa litorânea do país, distribuídos pelos Estados do Nordeste e Sudeste do país, que tiveram suas origens ligadas as atividades coloniais, extrativistas e agrícolas. Nota-se, também que até 1950, poucos Estados contavam com 50% de seus municípios atuais constituídos.

Figura 1 - Brasil – Implantação de municípios por períodos (1950-2010)



Org. Júlio César Zandonadi

Nas décadas de 1960 e 1970, a implantação de municípios se deu, principalmente, na região Nordeste, com destaque para os Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Já entre 1970 a 1991, observa-se a diminuição de tal dinâmica que foi retomada entre 1991 a 2000, com a implantação de municípios em grande proporção na Região Norte.

Deste modo, percebe-se o vínculo da urbanização e industrialização com a implantação de municípios se dando nos moldes das dinâmicas industriais no Brasil, primeiramente concentrada no Sudeste e faixa litorânea, e após a década de 1970 inicia-se a desconcentração e avanço pelas outras regiões do país.

Em busca de conclusões para tais questionamentos, finalizamos o artigo com uma indagação e problemáticas que a análise do processo de intensificação da urbanização no território brasileiro nos permite fazer:

Indagasse se tal processo se dá de forma homogênea pelo território brasileiro, com as cidades emergindo em meio a uma diversidade de atividades produtivas, portes-populacionais semelhantes, áreas residenciais homogêneas, entre outros aspectos. Chamamos atenção ao fato de que a desigualdade é uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista, ocorrendo nas múltiplas escalas, seja na rede urbana – na qual o processo de expansão das atividades

urbanas pelo território se dá de forma heterogênea, com cidades concentrando funções produtivas e centrais na rede urbana, enquanto outras se mantêm ou são excluídas, assumindo funções marginais, sendo que, isto ocorre devido a diversos fatores, sendo que estes representam as distintas situações geográficas.

Diante de tal indagação, trazemos duas problemáticas, sendo:

O processo de urbanização nos moldes atuais faz com que algumas cidades, com porte populacional médio, assumam funções de intermediação na rede urbana. Tais cidades acentuam seus níveis de centralidade com a implantação de novas atividades produtivas, centralização da gestão pública regional, como também concentram os espaços de consumo e de serviços, tendo amplo crescimento territorial e populacional. Contudo, dado o caráter heterogêneo do processo de urbanização vigente no modo de produção capitalista, nem todas as cidades com determinado porte populacional assumem tais funções, ainda persistindo funções “marginais” na rede urbana, como, por exemplo, de cidade dormitório e expansão periférica. Em Zandonadi (2013) ao diferenciarmos a morfologia e disposição dos espaços de consumo em três cidades no Estado de São Paulo (Taboão da Serra; São Carlos e Marília), com portes populacionais semelhantes, percebeu-se que as situações geográficas das respectivas cidades eram determinantes para a atuação de grupos econômicos de atuação nacional e internacional.

Outro problema a debater é que nas cidades de porte populacional intermediário – em que ocorre a concentração de funções de intermediação na rede urbana – percebem-se maiores alterações no tecido intraurbano, tanto em relação ao crescimento acentuado, marcado pela extensão e descontinuidade, como por alterações na relação centro-periferia, advindas de mudanças no padrão de ocupação do solo urbano e na multiplicação de áreas centrais, dinâmicas que associadas, se desdobram no surgimento ou acentuação da segregação socioespacial, fragmentação urbana e exclusão social, fenômenos característicos de uma urbanização em crise. Por outro lado, as cidades de porte-médio que continuam com funções “marginais” no âmbito da rede urbana, não se percebem tais mudanças em seus respectivos espaços intraurbanos, mas sim uma integração com dinâmicas de segregação socioespacial na escala da região e da rede urbana.

Referências Bibliográficas

BEGA DOS SANTOS, R. C. Migrações no Brasil, Ed. Scipione, São Paulo, 1994.

DE MATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. Em: Monclús, F. J. (Ed) **La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias**. CCCB, Barcelona, 1998.

- FIX, M. **São Paulo cidade global**: Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FONT, A. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. IN: REIS, N. G & TANAKA, M. S. (org). **Dispersão Urbana: Diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa**, FAU/USP, São Paulo, 2007.
- GUERRA, P. **Tecido urbano actual**: - continuidade ou descontinuidade? < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6701.pdf>> acesso em 05/01/2013, 1992.
- LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.198-210.
- LENCIONI, S. Reestruturação industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, v.14, n.38, p.54-61, 1995.
- LENCIONI, S. Observações sobre os conceitos de cidade e urbano. **Geosp (USP)**, v. 24, p. 109-123, 2008.
- LIMONAD E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia (UFF)**, Niterói, V.I, n. I, p. 71-91, 1999.
- LIMONAD E. Regiões Reticulares: algumas considerações metodológicas para a compreensão de novas formas urbanas. **Cidades**, Presidente Prudente, v.7, p.1-15, 2010.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Nova Cultural, 2ª Ed., São Paulo, 1985.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- REIS, N. G. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- REIS, N. G. Sobre a dispersão em São Paulo. IN: REIS, N. G & TANAKA, M. S. (org). **Dispersão Urbana**: diálogo sobre pesquisas Brasil–Europa, FAU/USP, São Paulo, 2007.
- ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008 (Dissertação de mestrado).
- SOBARZO, O. Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da geografia urbana. **Revista cidades**, Grupo de Estudos Urbanos, v. 6, n. 10, 2009.
- SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: Urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004 (Livre Docência).
- _____. Cidades médias: Reestruturação das cidades e Reestruturação Urbana. IN: BELTRÃO SPOSITO, M. E. **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ª. Ed: Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- _____. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, p. 125 – 147, 2010.
- ZANDONADI, J. C. **Cidades médias e cidades de porte médio**: distinção a partir de situações geográficas interurbanas e dinâmicas da centralidade intraurbana – Uma análise comparativa de Taboão da Serra (SP), São Carlos (SP) e Marília (SP). Campinas: IG – UNICAMP, 2013 (tese de doutoramento).

Recebido em: 16/05/2015

Aprovado para publicação em: 18/12/2015